



# Anais da Assembléia

Nº 73

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1978

### QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Emendas

#### EMENDA N.º 01

Ao Projeto de Lei n.º 75/78

"Art. 1.º — ...

§. — Os benefícios previstos no presente Artigo, são extensivos às firmas em concordata ou em falência, respeitados, quanto aos prazos, o estabelecido nos respectivos processos judiciais".

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1978.

(a) Fuad Nacli

#### EMENDA N.º 02

Ao Projeto de Lei n.º 75/78

O artigo 1.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Os créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, existentes em 15 de junho de 1978, que não tenham sido extintos nos prazos regulamentares e pendentes de regularização, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação, na seguinte escala de prazo e com as reduções na multa devida e na correção monetária adiante indicadas:"

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1978.

(aa) Gabriel Manoel e Ezequias Losso

**Apoiamento:** Accioly Neto, Paulo Camargo, Luiz Alberto Oliveira, Basílio Zanusso e Nelson Buffara.

#### JUSTIFICATIVA:

A medida proposta pelo eminente Governador Jayme Canet Júnior, indiscutivelmente trará benefícios aos contri-

buintes, neste ano de dificuldades resultantes da estiagem, geada etc.

A assinatura da Mensagem, que a encaminhou a esta Casa, se deu em 23 de maio do corrente ano, portanto há um mês. Assim, julgamos conveniente dilatar o prazo constante do artigo 1.º, para que os devedores deste interregno também sejam amparados pelo dispositivo do projeto em tela.

#### EMENDA N.º 03

Ao Projeto de Lei n.º 75/78

Substitua-se o "caput" do artigo 1.º pela seguinte redação, conservando-se seus incisos I, II e III e parágrafo único:

"Art. 1.º — Os créditos tributários pertinentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, existentes até 31 de março de 1978, que não tenham sido extintos nos prazos regulamentares e pendentes de regularização, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) dias contados da data da publicação das instruções previstas no artigo 4.º, desta lei, em uma única prestação, na seguinte escala de prazo e com as reduções na multa devida e na correção monetária adiante indicadas:"

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1978.

(aa) Fidelcino Tolentino e Luiz Gabriel Sampaio

#### JUSTIFICATIVA:

Não se pode exigir que o contribuinte possa ter conhecimento, a partir da data da lei, das instruções que deverão ser baixadas de conformidade com o artigo 4.º.

Dependendo de uma norma futura para regulamentá-la, "data venia", a fixação de prazos prevista nos incisos I a III do artigo 1.º, tornar-se-á inócua para o fim a que se destina se não houver uma clara conexão entre este dispositivo e o artigo 4.º deste Plano de Lei.

Conservando a data dos créditos que poderão ser alcançados, de conformidade com estudos procedidos pela Secretaria de Finanças, a presente emenda ter por objetivo apenas aprimorar o texto original, aparentemente conflitante com o artigo 4.º, pois, os prazos previstos em seus incisos somente poderão ser contados após serem baixadas as instruções ali previstas.

#### EMENDA N.º 04

Ao Projeto de Lei n.º 75/78

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 2.º, dispondo:

"Parágrafo único — Os créditos tributários que estão sendo pagos parceladamente ou em razão de composição amigável, poderão ser convertidos para quitação na forma do artigo primeiro, desde que haja manifestação expressa do devedor dentro da escala de prazo indicada em seus incisos I, II e III".

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1978.

(aa) Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio

#### JUSTIFICATIVA:

Se o presente projeto de lei ampara os devedores ainda em falta com as suas obrigações tributárias, inclusive quando o crédito tributário já tenha sido ajuizado para cobrança executiva, nada mais justo do que se estender os benefícios para os contribuintes que procuraram uma composição com a Secretaria de Finanças.

A forma de conversão da dívida, poderá ser regulamentada juntamente com as instruções previstas no artigo 4.º.

#### Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se consigne na ata dos trabalhos de hoje, protesto contra a C.B.D., pelo motivo constante da justificativa deste.

Solicita, outrossim, que, da decisão da Casa, se dê ciência aos dirigentes da C.B.D.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1978.

(a) José Domingos Scarpelini

## JUSTIFICATIVA:

A Seleção Brasileira participou da XII Copa do Mundo, com a finalidade de competir para a conquista de mais um título do futebol mundial para o Brasil, e não para propaganda de multinacionais, como ocorreu em Buenos Aires, neste último Campeonato, quando os jogadores brasileiros ostentavam em suas camisas da seleção, a propaganda da "ADIDAS", conhecida multinacional.

No caso, perguntamos porque não apresentaram os nossos craques, propaganda do nosso café, das grandes fábricas nacionais de tecidos e confecções outras etc.

Seria, assim, uma atitude muito mais patriótica, uma vez que estaríamos então, apresentando propaganda do que realmente é nosso.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando as informações seguintes:

1 — Informar porque não foi executada ainda a Apelação Cível n.º 384/76, procedente da Comarca de Nova Londrina, e que recebeu no julgamento proferido pelo Tribunal de Alçada, o ACÓRDÃO n.º 4.849 — de 07 de maio de 1976?

2 — Em razão do processo acima citado haver evoluído e julgado pelo colendo Supremo Tribunal Federal há muito tempo, e sem que, até agora, a Justiça Paranaense fizesse cumprir a determinação maior; INFORMAR se, conforme está expresso no artigo X da Constituição da República, deverá Sua Excelência requisitar a Intervenção Federal no Estado para prover a execução de Lei Federal?

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

## JUSTIFICATIVA:

As ações propostas pelo Sr. Armando Valentim Chiamulera e sua mulher, contra o Sr. Ciniro Ribeiro dos Anjos e outros parceiros, à julgamento do Poder Judiciário, primeiramente foram julgadas procedentes através de sentença firmada pelo ilustre juiz Dr. Edgard Rubens Rieke, em **18 de dezembro de 1975** — Posteriormente, a colenda 2.ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Alçada, em **07 de maio de 1976**, confirmou inteiramente a Sentença, através do Acórdão n.º 4.849 — à seguir, por intermédio de Despacho Presidencial, oferecido em **28 de junho de 1976**, foi denegado o Recurso Extraordinário, interposto — Finalmente, sob o n.º 68.970, o Supremo Tribunal Federal recebeu o petição de Agravo de Instrumento, havendo Sua Excelência, eminente Ministro Leitão de Abreu, como seu Relator, INDEFERIDO o recurso, cujo despacho foi publicado no DJ nº 202, de 20 de outubro de 1977.

De acordo com o que dispõe o artigo 107 do Estatuto da Terra, instituído pela Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, "não terão EFEITO SUSPENSIVO os recursos interpostos contra as decisões proferidas em assuntos dessa natureza". Por que razão não foi então executada a Sentença logo após o julgamento da procedência em 18 de dezembro de 1975? — A matéria recebeu inclusive a manifestação de apelo do eminente Desembargador Doutor Zeferino Krukoski, Corregedor Geral da

Justiça do Paraná, pedindo providências. A Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado determinou à Comarca de Nova Londrina, que fizesse cumprir a decisão do Poder Judiciário. **Entretanto, até agora a Justiça não se fez.** Por quê?...

— Haverá problemas de ordem burocrática ou administrativa com o nosso Tribunal de Justiça?... — Certamente que não! — Mas é de se supor que está havendo irresponsabilidade ou omissão por parte da Comarca de Nova Londrina, na aplicação da Justiça, em flagrante desobediência às determinações superiores.

Por outro lado, como se trata também de pronunciamento do colendo Supremo Tribunal Federal, conforme está expresso no item VI do artigo 10 (dez) da Constituição da República, torna-se cabível a INTERVENÇÃO FEDERAL para "prover à execução de lei federal, ordem ou decisão judiciária..."; conforme o caso demonstra perfeitamente.

Ao Poder Judiciário, que cabe a incumbência, a prerrogativa e o dever de ministrar a JUSTIÇA; é fundamental que proceda a distribuição desse bem, regulador da harmonia do universo, de forma integral e efetivamente justa! — No caso exposto, evidencia-se injustificável injustiça. De outra forma, como aceitar que a Comarca de Nova Londrina descumpra as determinações legais?...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez os Srs. Deputados, alguns dos Srs. Deputados não afinem com o nosso pensamento. Oxalá esteja eu equivocado. Tomara que toda esta Casa faça coro com o pequeno expediente que eu vou encaminhar à Mesa, onde fica evidenciado, onde fica caracterizado o nosso mais veemente repúdio aos jogadores da Seleção Peruana, que ontem, num espetáculo, vergonhoso, deprimente, e sobre todos os aspectos, suspeito, perderam o jogo para a Seleção da Argentina.

Não queremos desmerecer o mérito da Seleção Argentina, como dizemos no nosso requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a consignação em ata, de um voto de repúdio à Seleção de Futebol do Peru, pela maneira antiesportiva que se portou durante a partida disputada com a Argentina, decepcionando profundamente a milhões de brasileiros e a todos os que assistiram tão medíocre e suspeita atuação.

Sem pretender diminuir o brilho da vitória da Argentina, o signatário consigna, de público, sua revolta pelo desvirtuamento do esporte, diante da certeza de que uma Seleção, como a do Peru, normalmente, não perderia sem luta, sem glória e sem brío.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1978."

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito. — (Pausa).

Havendo declinado, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Como já é do conhecimento da Casa, está tramitando no Congresso Nacional, o projeto de Lei Orgânica da Magistratura Nacional, proposto, evidentemente, pelo Poder Executivo, enquadrando o nosso Juiz de Direito, de forma a diminuir ainda mais o Judiciário, como um dos poderes desta República.

Tanto é o texto classificado como odioso, pela magistratura, que a ele já foram apresentadas mais de 800 emendas. Todas inspiradas na defesa dos interesses dos membros do Judiciário.

Levando a acreditar que, ou o projeto será aprovado em sua íntegra e agredida será então a nossa magistratura, ou ao final, estará tão retalhado, tão alterado que, evidentemente não cumprirá os objetivos de clareza, que se espera de uma Lei Orgânica. Ainda mais de uma Lei Orgânica tão importante como é esta, para o povo brasileiro.

Parece-nos que a proposta legislativa é absurda. E peca, principalmente por impor restrições às atividades particulares, dos membros da magistratura, vedando-lhes inclusive, o exercício do magistério.

É do mais alto interesse da Nação um aperfeiçoamento da Justiça. De forma que seja dinamizada a prestação jurisdicional, devida pelo Estado e seja ela acessível a todos, que da Justiça necessitam.

Isto é, busca-se uma Justiça mais rápida e mais barata. E vem, o projeto em exame, pelo Congresso Nacional, exatamente desestimular o personagem mais importante na busca, na procura desse objetivo.

Sabemos todos, pela vivência pública, pelos longos anos que convivemos, aqui no Poder Legislativo, que a magistratura é uma função sacrificada, tanto pela natureza, quanto pelo volume dos encargos que lhe são atribuídos.

O nosso Juiz, na forma como é de disciplinar da carreira, inicia sua andança profissional, nas mais remotas e desaparelhadas comarcas e cumpre sempre, quase sempre sua peregrinação, até alcançar a principal entrância, que é a Capital.

Na sua atividade é, por força de necessidade, um dedicado absoluto. Nas horas em que dá expediente no Fórum, preside apenas às audiências, cabendo-lhe realizar em casa, a parte mais dura da tarefa, qual seja, a elaboração intelectual de despachos, de sentenças etc.

Terá esse magistrado, estímulo, pergunto? Vendo que tal sacrifício é retribuído exatamente com restrições?

Por outro lado, tem-se no magistrado, pessoas de aptidão para o exercício do magistério, principalmente nas comunas do interior, que, como todos os nobres Senhores Deputados têm conhecimento, nem sempre essas comunas são todas de recursos humanos de grau superior. Então pergunto: é justo privar essas comunas, do concurso importante que o Juiz, como professor, poderia prestar e vem prestando? É evidente que não, e, considerando esses fatos que enumerei, e tendo em consideração maior, o interesse nacional que se cristaliza na necessidade do aprimoramento da justiça, esse Deputado, subscreve e requer à Mesa, ouvida a Casa, que se encaminhe apelo aos membros da bancada do Paraná, do Congresso Nacional, no sentido de que acolham as emendas que tenham por objetivo evitar o desestímulo à magistratura brasileira. É evidente que, acolhendo as emendas, deve-se colocar, pelo menos, parcialmente, contra a mensagem presidencial que enviou ao Congresso Nacional, semelhante monstro.

Segundo: que se encaminhem apelos ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República e Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que o Projeto de Lei Orgânica da Magistratura Nacional, seja retirado do processo legislativo, para retorno após reelaboração com audiências das partes interessadas, como é desejável e justo seria.

E finalmente, Senhor Presidente, e aí eu peço a atenção da Casa principalmente da Mesa, para que a Seção do Paraná, da Ordem dos Advogados do Brasil, até amanhã, Senhor Presidente, se envie cópia integral deste requerimento, para que sirva de subsídios à mesa redonda, que ali será realizada, para debate do assunto pelos meios jurídicos e forenses do Paraná, numa demonstração de que este Legislativo não está, como nunca esteve, omisso não só a esta importante questão, que envolve a justiça da nossa terra, mas como em todos os assuntos que vêm ao encontro da coletividade paranaense.

Eu, mais uma vez, solicito a fineza da Mesa, para que urgencie no sentido de que cópia desse nosso pronunciamento

seja encaminhado até amanhã, à Seção do Paraná, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**). — A Presidência tem imensa satisfação de registrar a presença nas galerias deste Plenário, dos alunos da 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> séries da Escola Nossa Senhora da Salette, da Capital.

Acompanham os alunos, as senhoras professoras Elair Santos Schwartz, Silé Ogg e Carmem Mazaneg, de quem a Presidência registra as suas presenças com imensa satisfação.

Convidado pela Presidência para proferir nesta sessão, uma palestra dando conta das providências que o Governo Federal e o Governo Estadual adotaram acerca do combate e prevenção e dissiminação da peste suína africana no Estado do Paraná, em especial, deverão estar nesta sessão, dentro de alguns minutos, os Srs. Rôulien Basaglia, coordenador do Ministério da Agricultura no Estado do Paraná e o Dr. Joaquim Severino, diretor geral da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Tão logo S. S.as adentrem este Plenário, a Presidência terá imensa satisfação de conceder a palavra para que digam das providências e das medidas adotadas pelo Governo no combate e na prevenção e dissiminação desse mal.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito. — (**Pausa**) — (**Ausente**).

A Presidência consulta o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, se deseja ocupar parte do Grande Expediente, estando S. Ex.<sup>a</sup> inscrito em segundo lugar para falar no Grande Expediente.

— (**Pausa**) — (**Declina**) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como devemos chamar o chefe do próximo Governo do Paraná?

O povo paranaense está com dificuldade para encontrar a denominação certa para chamar o chefe do próximo Governo do Paraná. Será o quinto Governador do nosso Estado que entra pela via indireta, que entra, portanto, pela contramão.

Ele é conhecido como um dos poucos que, entre os novos indicados pelo Poder Central para os respectivos governos dos Estados do Brasil, acredita ter sustentação política, prestígio popular, votos do povo. E o próprio alardeia essas vantagens.

Contudo, o que parece ser um dos maiores males do homem da situação, é a falta de memória. O Sr. Ney Braga, por exemplo, parece não se lembrar que sua história político-eleitoral, terminou há mais de 10 anos. S. Ex.<sup>a</sup>, o ex-Prefeito de Curitiba, ex-Governador do Paraná, ex-Ministro da Agricultura, ex-Ministro da Educação, estará esquecido de que, pelas suas atitudes absolutistas, pelo seu comportamento de perseguidor, pelo seu procedimento de pretensão dono do Estado do Paraná, já se fez um ex-político?

Como devemos, pois, ou como poderemos chamar a esses Srs. esquecidos, ou por falta de memória, ou por sobre de conveniência, que hoje, que estão, hoje, indicados pelo Poder Central para governantes dos Estados da República Federativa do Brasil?

Que denominação deve ser dada?

Que título deve ser utilizado para saudar...

O Sr. **Gabriel Manoel** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Que denominação deve ser dada, que título deve ser utilizado para saudar, mencionar ou apontar os próximos mandatos dos destinos dos Estados do Brasil, o próximo titular da administração paranaense?

O "UNGIDO" DO PODER CENTRAL?

O DONATÁRIO DESTA CAPITANIA?

O INTERVENTOR DESTA PROVÍNCIA?

O VICE-REI DESTE REINADO??

Ou devemos chamá-lo e considerá-lo gerente de filial?

Este último título nos parece o mais apropriado. É ISSO AÍ MESMO: GERENTE DE FILIAL! GERENTE DA FILIAL DO PARANÁ. Eis que o Brasil está sendo transformado numa grande empresa, numa poderosa empresa, de alto poder competitivo, especialmente na concorrência que vem fazendo com o produtor nacional, EM TODOS OS SETORES: na agropecuária, NEGANDO AO PRODUTOR AGRÁRIO garantia de PREÇOS MÍNIMOS que lhes asseguram um mínimo de compensação; na indústria e no comércio, NEGANDO-LHES CAPITAL A JUROS QUE lhes possibilitem o mínimo para sua estabilidade.

Essa concorrência é feita — é bom que destaque — somente com o produtor nacional, pois o SUPRANACIONAL, A MULTINACIONAL, por já dispor de suficiente suporte financeiro da matriz respectiva, além da tecnologia própria, NÃO DEPENDEM DO CAPITAL NACIONAL.

Mas é aí que encontramos a aplicação da LEI DO MAIS FORTE,, isto é, MATÉRIA ATRAI MATÉRIA, etc., etc., AS MAIS FORTES, se o desejarem — e desejam sempre — RECEBEM: 1) participação financeira dos Bancos de Desenvolvimento; para implantação; 2) recebem incentivos, para produção e para exportação; 3) garantem-lhes DEFENSIVOS, contra convulsões internas, ou quaisquer outras causas que lhes ameacem a integridade patrimonial; ganham proteção para a remessa de lucros.

Pois bem, aí estamos diante do novo futuro GERENTE da Filial do Paraná, dessa grande empresa em que estão transformando o Brasil.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (**Assentimento**).

Em primeiro lugar, queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, que o nome a ser dado para o grande e ex-Governador do Estado, é um homem do povo. Porque sempre em que ele teve suas pelepas ao lado do povo, o povo esteve com ele. Em segundo lugar, se não me falha a memória e se não me falha também esta noção de política, o M.D.B. está quase que numa encruzilhada a tentar, na esfera federal, lançar um candidato pela eleição indireta, tão combatida pelo vosso partido.

Então, eu perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup>, como fica V. Ex.<sup>a</sup> e os homens que pensam à sua maneira, ao terem um candidato ao Governo Central, ao Governo Federal também pela via indireta que estão tentando, nas suas jogadas, impingir ao povo do Brasil. E também, como poderá V. Ex.<sup>a</sup> votar num militar tão combatido pela bancada de V. Ex.<sup>a</sup>.

Ney Braga não é gerente; Ney Braga é homem do povo porque foi testado pelo povo. E, nas lides paranaenses, ele há de dar a sua experiência política para sufragar nas urnas os nomes dos Deputados Estaduais, Federais e do Senador que há de representar o Paraná. E a bem curto prazo haveremos de vir aqui cobrar de V. Ex.<sup>a</sup>, como se portará V. Ex.<sup>a</sup> em frente a essa frente fria que estão querendo impingir no Brasil. Essa frente mais fria do que as frentes... (**ininteligível**).

Então V. Ex.<sup>a</sup> deveria pensar um pouco ao procurar atacar o nome de um gerente, que não é gerente. É um homem que foi toda a vida sufragado nas urnas pelo povo. E V. Ex.<sup>a</sup> talvez por falta de idade, ou por memória curta, não se lembra que Ney Braga foi eleito Senador da República, foi eleito Governador do Estado e foi eleito Prefeito de Curitiba pelo voto popular.

Muito obrigado.

**O SR. OTÁSSIO PEREIRA** — Agradeço o aparte do nobre Deputado Gabriel Manoel. Mas somente para responder a questão de V. Ex.<sup>a</sup> se refere, à possibilidade do nosso partido apoiar essa ou aquela candidatura militar. É que nós aprendemos com aquele que lavra a terra, com o lavrador brasileiro, quando ele vai tocar fogo no seu roçado e para apagar o fogo muitas vezes ele joga água. Quando o fogo é muito grande, muitas vezes ele faz ali um asseiro. E quando o fogo é maior ainda, ele usa fogo contra fogo, nobre Deputado.

**Del Ciel** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? (**Assentimento**).

O eminente parlamentar que ocupa a tribuna, nesta Casa, foi aparteado por um ex-petebista, homem que teve seus destinos vinculados aos interesses trabalhistas no Estado do Paraná, e que há instantes aparteava V. Ex.<sup>a</sup>, se esquecendo que, realmente, o Estado do Paraná vai de praga em praga, e de Braga em Braga. É a praga da seca, a geada, agora a peste suína e, além do mais também, de Braga em Braga. E o MDB, poderá vir a participar da Frente Ampla, pela redemocratização da Nação brasileira, carente de liberdade, carente de liberdade mas, lutando, através de todas as representações classistas. Hoje, está aí a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja Católica, através do seu Conselho de Bispos, os protestantes, através dos Conselhos de Pastores, os estudantes e os trabalhadores sempre conscientes, permaneceram durante os 14 anos, lutando pela redemocratização desta Nação.

E o MDB poderá realmente, eminente Deputado Otássio Pereira, se oportunidade houver, de participar desse processo espúrio de eleição, para nomeação, para indicação, de interventores em Estados da República Federativa do Brasil, assim como, para a nomeação do Interventor, Mandatário da Nação brasileira, que terá a responsabilidade de dirigir a nossa Nação, nos anos futuros.

É um processo legal, espúrio, do qual o MDB somente participará, para derrubar um governo ilegítimo, para derrubar um governo ilegítimo que não representa povo, que ocupou o Poder, e que nele persiste em permanecer.

Assim sendo, eminente Deputado, o cumprimento, pelo pronunciamento feito nesta tarde, visto que pretendemos na próxima semana, ocuparmos um Grande Expediente, para falarmos da dor menor, que também pertence à família Brageana, àquele que encerrou o seu mandato como Reitor da Universidade Estadual de Londrina. Mas, que antes de concluir o seu mandato, à frente de uma das grandes Universidades do Interior, deste grande País, pelo valor dos seus universitários, pelo valor dos seus mestres, que têm posição definida, mas, ele seguindo o bom exemplo, exemplo que tem servido principalmente, para a família Brageana, do seu sogro, ex-Ministro da Educação, que conviveu e comungou com o 477. Ao ver a perspectiva, da queda deste Ato que também discrimina a classe estudantil em toda a Nação brasileira. Seu genro, ex-Reitor da Universidade Estadual de Londrina, criou o mini 477, para a nossa Universidade Estadual, que deverá ser objeto de pronunciamento nosso, na próxima semana.

Assim sendo, eminente companheiro Otássio Pereira, infelizmente, o Paraná realmente vai, de praga em praga e de Braga em Braga.

Muito obrigado.

**O SR. OTÁSSIO PEREIRA** — Agradeço o aparte do ilustre companheiro Del Ciel, e concedo com prazer o aparte ao Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

**O Sr. Jayme Rodrigues Carvalho** — Deputado Otássio, talvez, nenhum Deputado mais do que este, poderia cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> nesta tarde e neste pronunciamento. Isso porque, o Município mais sacrificado, mais martirizado deste Estado, durante o Governo Ney Braga, foi o Município de Goioerê, de onde esse futuro Governador, tirou o DER, cujas casas, ainda lá estão. Desviou o Banco do Brasil e impediu a Estrada BR-272.

Cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> por este pronunciamento. E hoje, mais do que nunca, frustrado, chateado. Porque diz o ditado popular que "a voz do povo, é a voz de Deus". Logo, o Deputado que representa a voz do povo e, para isto, foi eleito pelo povo, hoje não é mais a voz de Deus.

Quando ontem a televisão anunciou, e hoje os jornais anunciam, de que o Deputado que tiver a coragem, o peito e a hombridade de honrar o voto que recebeu do povo, de honrar o voto e o mandato que recebeu do povo, votar contra um "tal"

de Figueiredo, será expulso do Partido da ARENA.

Não existe mais voz do povo, logo, não existe mais neste País a voz de Deus.

Eu não sei o que sou e o que somos, quando representamos o povo. E não podemos falar. Falou muito bem Brossard. E hoje eu grito, alto e bom som, de que ele está certo. A não ser que me desminta o Partido do Governo.

Brossard diz:

"DMB, é um Partido sem vez. ARENA, Partido sem voz".

E ontem, a ARENA recebeu o convite, a intimação e a ordem de calar a boca, de não representar o povo, e de votar num criador de cavalos. Muito obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Eu agradeço o aparte do Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

Sr. Presidente, para terminar nosso pequeno e desprezível pronunciamento na tarde de hoje ... (**Lendo**)

"pois bem, aí estamos, diante de novo futuro GERENTE da Filial do Paraná, desta grande empresa em que estão transformando o Brasil.

UMA EMPRESA COM ALGUMAS DEZENAS DE SÓCIOS PROPRIETÁRIOS.

COM ALGUMAS CENTENAS DE SÓCIOS BENEFICIÁRIOS.

COM VINTE E DOIS GERENTES ESTADUAIS E COM CEM MILHÕES DE EMPREGADOS".

O Sr. Lúcio Machado — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — "Este novo e futuro GERENTE DA FILIAL DO PARANÁ, mesmo antes de sua posse na direção da Filial, já terá que arregaçar as mangas, preparar a garganta, a MÁQUINA, para produzir lucros, para semear promessas, para colher votos em 15 de novembro.

EM QUINZE DE NOVEMBRO, NO ENTANTO, SR. PRESIDENTE, SRs. DEPUTADOS, SERÁ A VEZ DE CEM MILHÕES DE EMPREGADOS DIZEREM O QUE PENSAM E MOSTRAREM O QUE SENTEM A RESPEITO DO NOVO GERENTE."

Concedo o aparte ao Deputado Lúcio Machado.

O Sr. Lúcio Machado — Agradeço a Vossa Excelência a permissão do aparte, mas tendo em vista a presença de representantes da Agricultura de nosso Estado, e acatando o pedido de nosso ilustre Presidente, eu declino do aparte. Muito obrigado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, nós também encerramos na tarde de hoje este pronunciamento, e voltaremos na próxima semana, se Deus quiser. (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Ivo Thomazoni**) — A Presidência registra, com satisfação, a presença à Mesa dos trabalhos, do Dr. Roulien Basaglia, Delegado Federal do Ministério da Agricultura do Estado do Paraná. S. Senhoria se faz acompanhar do Dr. Jorge Vicente, Médico Veterinário do Ministério da Agricultura.

O Dr. Roulien Basaglia atendeu o convite da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado para, nesta sessão, dizer das providências e das medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura, através de sua Delegacia, do Estado do Paraná, em perfeita e estreita consonância com a Secretaria da Agricultura, e órgãos afins, no combate, na prevenção, da "Peste Suína Africana", cujo foco detectado no Estado do Rio de Janeiro, tem alarmado os produtores paranaenses e em se tratando de matéria que diz de perto ao interesse da Economia do Paraná, a Presidência deseja, em nome da Assembléia Legislativa do Estado, agradecer a presença do Dr. Roulien Basaglia, ao tempo em que lhe concede a palavra, para que, nesta sessão, que será presidida pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, dado que o Presidente tem compromisso, junto ao Sr. Chefe do Poder Executivo, pede desculpas ao Dr. Roulien, mas o deixa totalmente à vontade, porquanto esta é a Casa da gente bra-

sileira que mora no Paraná e com os seus legítimos representantes que aqui têm assento, Sua Senhoria haverá de se sentir completamente à vontade para o diálogo que desejar estabelecer.

Com a palavra o Dr. Roulien Basaglia.

O DR. ROULIEN BASAGLIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para nós é um motivo realmente de satisfação estarmos aqui, para dizer alguma coisa daquilo que está acontecendo, em relação ao problema "Peste Suína Africana".

Nós queremos, no momento, não fazer uma palestra ou coisa parecida. E sim somente resumir aquilo que realmente o Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, num movimento realmente conjunto, vêm trabalhando para que esse mal não penetre no nosso Estado.

Inicialmente nós firmamos uma portaria em conjunto com o Sr. Secretário Paulo Carneiro, no sentido de constituirmos uma Comissão que se preocupasse com o problema.

Esta Comissão realmente foi constituída. E ela vem trabalhando e vem dando ou observando, transmitindo as normas emanadas do Ministério da Agricultura.

Como os Srs. sabem, já está amplamente, inclusive divulgado, o problema "Peste Suína". Muitos me perguntam, qual seria a diferença entre a "Peste Suína Africana" e a outra peste suína que existe, que é a Peste Suína Clássica. Realmente, é só um problema de vírus. Vírus uns que são mais cirulentos e outros menos virulentos. Um que tem a vacina e perfeitamente controlado em nosso Estado, em nosso País, o outro que, infelizmente ainda não existe a vacina que possa controlar.

O Ministério tem recebido realmente todas as normas emanadas do órgão central. Nós temos transmitido: órgão executivo, está sendo a Secretaria da Agricultura. Secretaria porque tem uma estrutura ampla, uma estrutura em condições hoje de receber esse problema. Receber, evitar se possível, está colocando à disposição de todos os criadores, praticamente do Estado, de todas as barreiras que foram constituídas, em número de quatorze, barreiras no Estado do Paraná, afora aquelas de vigilância, dentro do nosso Estado, essas barreiras estão sendo constituídas pelos grupos da Secretaria da Agricultura, amparada pelos elementos, pelo Exército, pela Polícia Militar, que está dando todo apoio a esse trabalho exausto que está sendo feito dentro do nosso Estado.

Graças a Deus, nós temos a informar que, ainda a doença não está dentro do Estado. Eu digo ainda, porque nós sabemos, nós não temos bola de cristal para saber se ela viria ou não. Nós estamos fazendo todo o esforço, empregando todo o nosso contingente de médicos-veterinários. A nossa estrutura — e quando eu digo a nossa, eu digo até em nome do Estado, porque é a estrutura que existe dentro do Estado do Paraná:

Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, colocando todo seu contingente, toda sua equipe, todo seu equipamento, para que esse mal não venha a nosso Estado.

É essa a notícia que temos. Fizemos exames, mandamos amostras para o Rio de Janeiro, de alguns locais como Santa Izabel do Ivaí, Jacarezinho, Pérola, e mais uns quatro ou cinco locais. Recebemos a notícia de que os exames de Pérola foram negativos, os de Jacarezinho, também. E assim por diante, esperamos que os outros também sejam negativos.

Porém, dizemos aos Srs. Deputados, que este é um momento muito propício, muito bom, para estarmos juntos, como já venho solicitando em outros locais, que nada melhor do que Srs. poderão divulgar, poderão transmitir aos nossos pequenos criadores, porque são esses que não vacinam os seus suínos, são esses que deixam a vacinação para a última hora — que vacinem seus porcos.

Os Srs., por favor, transmitam o apelo a eles o nosso apelo: vacinem seus porcos, porque os vacinados, realmente estão se agüentando mais; nesses a peste suína clássica não

os têm abatido, e a africana não tem penetrado em nosso Estado.

Então, é por isso que a oportunidade é muito boa, a oportunidade para que os Srs. levem às suas regiões, à medida do possível, o nosso apelo para que os criadores que ainda não vacinaram seus porcos, que o façam. Porque temos dados impressionantes, dados que nos deixam até satisfeitos; hoje, recebi, a notícia de que, em Ibaiti, um criador que tinha oitenta porcos, vacinou setenta do total, e só morreram dez, justamente aqueles que não tinham sido vacinados.

Portanto, os Srs. podem notar que essa vacina contra a peste suína clássica tem um potencial muito grande.

Precisamos recomendar a vacinação. Muita coisa que está acontecendo agora está sendo confundida. Porque, com o aparecimento da africana se tumultuou o problema. E agora não sabemos, simplesmente através de uma necrópsia, se é africana, ou não. Sabemos somente através de laboratório. E somente um laboratório, no País, o do Ministério da Agricultura, é que está realmente aparelhado para esse exame.

Então, fica aqui o meu apelo. Disponho de um prazo para falar, mas creio que seria isso o que teria a dizer aos Senhores.

Coloco-me inteiramente à disposição dos Srs. Deputados para, se possível, responder alguma pergunta de suas regiões, sobre o problema.

Estou inteiramente à disposição.

Faço-me acompanhar pelo Dr. Jorge, ele é médico-veterinário, ele que é, realmente, o Coordenador desta Comissão e teria até melhores condições para expor o problema.

Gostaria até que o Dr. Jorge fizesse uma exposição no mapa, o que daria aos Srs. uma maior visualização, para saber qual será a área de foco — se bem que não existe área de foco no Paraná — a área de foco chamamos aquela onde foi, realmente, constatada a peste africana. Já está perto do Paraná, os Srs. sabem, foi confirmada a africana em Ourinhos. A área local que chamamos, engloba quatorze municípios. Essa, sim, gostaria que o Dr. Jorge, no mapa, fizesse uma demonstração, fizesse uma demonstração onde já está a área de foco, a área problema.

Enfim, se atinge alguma área vital. Agradeço já de antemão a oportunidade, e me coloco, mais uma vez, à disposição dos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência

consulta aos Senhores Deputados, se desejam formular alguma pergunta ao representante do Ministério da Agricultura, Dr. Roulien.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Gostaria de fazer algumas indagações ao representante do Ministério da Agricultura.

Em primeiro lugar, gostaria de perguntar ao representante do Ministério, em quais locais no Brasil, já foram constatados os focos de peste suína?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Senhor Deputado, nós estamos tão atarefados, honestamente, que não tenho tempo até de verificar o problema do País. Mas nós sabemos que, como talvez o Sr. saiba, o problema do Estado do Rio de Janeiro que foi o Estado inteiro, não é? Lá houve o problema no Estado inteiro e foi constatado realmente a peste suína africana.

No Estado de Minas Gerais, já existem locais. Volta Grande, não sei o nome exato, mas lá foi constatada também a peste suína africana.

No Estado de São Paulo, que eu tenho conhecimento de laboratório, foi constatada em Ourinhos. Eu não poderia talvez dar uma resposta exata para o Sr., do Brasil inteiro. Nós estamos nos preocupando assim, não em demasia, mas a todo o minuto, durante a noite toda recebemos comunicado do interior inteiro para verificar o nosso Estado, se está recebendo ou não aquelas condições da peste suína africana.

O Sr. me desculpe, mas do Brasil inteiro, eu não teria condições de responder.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Gostaria de perguntar ao representante do Ministério da Agricultura no Paraná, quais os motivos que levaram a imprensa paranaense e a nacional, inclusive, a divulgar que os focos originários da peste suína africana no Brasil, teriam sido o Rio de Janeiro e o Estado do Paraná e porque o Ministério da Agricultura, representado pelo Sr. aqui no Estado, demorou em desmentir essa afirmação que, inclusive, partiu da Rede Globo, que é o maior veículo de comunicação do País?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Acho que o problema de ter saído um jornal que a peste suína africana, foi dissimulada através do Paraná e outro Estado, quando nós verificamos essa notícia, nós já tínhamos começado o nosso trabalho. Tenho a impressão que nós já estávamos trabalhando em campo e dizendo que — eu não contestava porque não tinha resultados de laboratório. Quando essa peste, a olho nu, o médico veterinário ou o maior especialista não tem condições de dirimir qual é a suína e qual é a clássica, nós nos valem do laboratório, não é? Então nós precisamos, nós temos que nos respaldar em laboratório para dar uma afirmativa se é do Paraná ou não. E graças a Deus eu tenho a lre informar que no Paraná ainda não existe a peste suína africana.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Gostaria ainda de perguntar.

O Sr. disse que em propriedade um criador de porcos do Município de Ibaiti tinha oitenta porcos, setenta vacinados e dez não. Os dez que morreram, morreram de que peste? Da clássica ou da africana?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Da clássica.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Da clássica. Está provado isso?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Está provado que é da clássica.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Perfeitamente.

Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer ao Sr. como representante do Ministério da Agricultura que é e que nesse momento fala em nome do Ministério da Agricultura, por delegação.

O Sr. tem conhecimento da importação de moscas que foi feito pelo Brasil, da África?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Importação do que?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Importação de mosca.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Nós ouvimos falar que houve uma importação de mosca, mas não tenho conhecimento. Para o Paraná?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Não. Para o Brasil.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Deputado, eu pediria permissão e gostaria mesmo que nós fôssemos interpelados em termos até de Paraná, porque eu tenho a delegação do Sr. Ministro para responder dentro do Estado do Paraná. Fora do Estado, se o Sr. me permitir, eu gostaria de...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Perfeitamente. Esse caso interessa ao Paraná, porque eu começo de 1.976, houve uma importação, feita pelo Ministério da Agricultura, de moscas, uma mosca verde que tomou conta do País todo. Essa mosca veio, mais precisamente, da região de Angola, na África, e veio para o Nordeste Brasileiro, com a finalidade de exterminar uma determinada doença que existia nos canaviais do Nordeste brasileiro.

Porém, como a ecologia da África é uma e, a nossa, aqui, é outra, houve uma quebra; então, na nossa ecologia. E essa mosca, conhecida no interior do Paraná, mais propriamente na região do Norte do Paraná, como a "mosca biônica", tem o tamanho desse mosquitinho preto e, é uma mosca verde; e que contaminou toda a região. Na região de Apucarana, precisa-



mente as cidades que represento nesta Casa de Leis, houve casos de pessoas terem que abandonar as suas casas para poder combater a invasão que essas moscas ocasionaram e que está, ainda, perturbando a população daquela região.

Não seria, essa mosca, um dos transmissores dessa, uma das transmissoras dessa peste? Porque a peste é africana e a mosca é africana, também, não poderia ter sido essa mosca que veio contaminada com essa doença, Sr. Representante? O SR. ROULIEN BASAGLIA — Eu não tiro de qualquer hipótese, essa possibilidade; há uma possibilidade. Inclusive vou dar um dado, por exemplo, eu só perguntaria se essa mosca está realmente, causando problemas à agricultura, ou só à pessoa, dentro de casa ...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Ela está causando toda sorte de problemas, inclusive, na agricultura ...

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Qual o problema que ela causa na agricultura, Sr. Deputado?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — É um problema de ordem física, porque no momento em que qualquer animal, que não pertencia à ecologia de uma região, ele começa a se apresentar, ele quebra aquele ciclo ecológico; e, causando a quebra do ciclo ecológico, ele vai causar problemas, também, na agricultura; vai causar problemas, inclusive, de ordem de higiene às populações da cidade, na agricultura, porque quebra a ecologia da região.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Bom, respondendo até o início de sua pergunta, eu vou dar um dado que pode ser verificado que o problemada peste suína africana que é, realmente, o tema que eu me proponho, inclusive, a discutir, a debater com os Srs., hoje, aqui, se bem que não me furto de, talvez, numa outra oportunidade, à hora que os Srs. quiserem, me convocarem para, também, debater sobre a agricultura em geral. Eu digo a Vossa Excelência, por exemplo, que a peste suína africana, tem até um dado muito interessante:— Essa mosca, realmente, pode, perfeitamente, pode ter trazido o vírus; com a exceção do ar, tudo pode transmitir. Se houver uma propriedade com peste suína africana, à distância de um metro, do lado, não tiver peste suína africana, ela não transmite; a um metro de diferença, não transmite. Pelo ar; ela será, somente, transmitida por uma mosca, por um inseto, a mosca é um inseto, ou qualquer outro veículo, uma ave, enfim, menos pelo ar. Então, quer dizer, é perfeitamente viável. Por que não? Quer dizer, é uma hipótese, também; agora, eu não posso confirmar ao Sr. se foi essa mosca que trouxe, ou não.

O que dizem, o que eu tenho ciência, não vi, também, mas foi resto de comida de avião, ou coisa parecida. É essa a notícia que eu tenho, as informações que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência solicita dos Srs. Deputados que, quando formularem as perguntas, elas, tão somente, sejam com referência à peste suína africana.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu, inclusive, parabeno Vossa Excelência por tomar essa iniciativa para que fique o assunto preso, apenas, ao problema da peste suína africana. É o motivo pelo qual está aqui o representante do Ministério. Como nós estamos aqui falando sobre hipóteses, e o Senhor inclusive afirma agora que poderia e pode ser a mosca um dos transmissores, também não poderia ser uma campanha encetada pelas multinacionais, com o objetivo de deixar em estado desesperador os grandes detentores de rebanhos de suínos do Paraná, para a compra de grande número de porcos, essa peste suína africana, Sr. representante?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Já que estamos no caso das hipóteses, também é uma hipótese. Porque não? Mas volto a afirmar ao Senhor de que o conhecimento que nós temos é que a peste suína africana ela penetrou em nosso País, através de restos de comida de avião. Aonde eu sei e até onde eu sei

seria esta a afirmativa que eu tenho. Se é esta a hipótese eu não sei. É uma hipótese.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Perfeitamente. Era só isto o que eu tinha a perguntar.

O SR. ACCIOLY NETO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Dr. Roulien Basaglia, é com satisfação que eu tenho a oportunidade de inquirir-lo, a propósito desta questão relacionada com a peste suína africana. E a fim de que se atinja o objetivo, eu teria três perguntas a fazer ao Senhor.

A primeira, em que situação se encontra a comercialização interna dos suínos, tendo em vista as barreiras estabelecidas no Paraná e nos Estados vizinhos, que constituem mercados tradicionais?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Deputado Accioly Neto, realmente é uma pergunta que vem em boa hora. Não poderia deixar de dizer que realmente está um pouquinho abalado. Não podia ser diferente. Porque algumas barreiras, inclusive, não permitem e eu dou exemplo, a barreira de área focal que nós consideramos a área de Ourinhos, minha terra Cambará, Jacarezinho, e mais treze ou doze cidades em volta são consideradas áreas focais. Essa área focal realmente, não sai, não entra e não se comercializa e não se tem mais condições. Nós temos que tomar essas precauções.

Quer dizer, por aí não se transita mais nada. Temos uma norma agora, que recebemos do próprio Ministério da Agricultura, da área central, proibindo o trânsito de animais, principalmente vivos em qualquer das barreiras. Enquanto nós não tivermos e sei que isso representa até problema dentro do nosso Estado. Mas se nós não tomarmos essas providências, talvez os problemas serão maiores no futuro. E é só por isso que talvez nós estejamos assim, tivemos que tomar essas providências para que outros problemas não venham. Problemas vão causar atualmente. Mas para que outros problemas mais sérios não venham, foi por isso que nós tomamos essas providências, aliás, foi o próprio Ministério da Agricultura, emanado do Sr. Secretário Nacional da Defesa Agropecuária e Gabinete do Ministro que determinaram isso, os técnicos que estão vivendo o problema. Eu não sei se deu para satisfazer, Sr. Deputado.

O SR. ACCIOLY NETO — A segunda pergunta, Dr. Roulien Basaglia, é no sentido de obter do Senhor uma informação a propósito da atuação dos órgãos competentes, Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura, e especificamente no caso então, a pergunta seria dirigida ao Ministério da Agricultura, com vistas ao controle ao longo do tempo da peste suína clássica.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Deputado, a peste suína clássica, essa sim nós convivemos realmente com ela há muito tempo. Convivemos e a mortandade de animais se verifica quase que periodicamente. Ela existe, porém temos a vacina de controle para essa peste suína clássica, e quem vacina, praticamente está isento. Todos os dados que eu tenho ...

Olha, eu vou, só para ilustrar um pouquinho a minha explanação, atendendo a sua pergunta, estivemos em Ourinhos, realmente, naquela área, foco, onde foi constatado a peste suína africana, lá morreram aproximadamente, naquela propriedade, foi só naquela que morreu mesmo, duzentos e cinquenta suínos. Foi constatado lá, a peste suína africana.

Bom, em volta daquela propriedade, a um raio de dois quilômetros, três quilômetros, fazendo um círculo, todos aqueles que vacinaram contra a peste suína clássica, os porcos, até agora não morreram nenhum. Então, afirmo novamente, muitos daqueles, que estão morrendo no momento, são originários, são causados pela peste suína clássica. E é por isso, que eu estou recomendando, é por isso, que eu estou enfatizando, e pedindo mesmo, aos Senhores, que transmitam, que

aqueles pequenos criadores, que têm, quarenta, cinquenta porcos, esses não se preocupam, são porcos praticamente, de fundo de quintais, eles não se preocupam com essa vacinação. Esses dados, nós temos, e aqueles que vacinaram contra a peste suína clássica, não estão perdendo os seus animais. Só aqueles não vacinados.

O SR. ACCIOLY NETO — A terceira e última pergunta, Dr.

Roulien, se baseia numa denúncia do jornal "A Folha de São Paulo", através dessa denúncia, o mencionado jornal, assina que há cerca de três meses, já estaria grassando esta peste suína africana, em nosso País, e que este fato teria sido escamoteado, para não criar problemas, na exportação dos produtos derivados. É verdadeira essa denúncia?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Deputado, infelizmente, não posso lhe responder, porque é uma denúncia de jornal, e ao meu conhecimento, como Delegado Federal de Agricultura, do Estado do Paraná, não tive conhecimento, se ela estava em outro ponto do País, se não no Paraná. Eu não tive, honestamente, conhecimento, como disse e reafirmo: eu só sei, depois que nós fizemos o teste de laboratório.

E eu, não chegou às minhas mãos, eu não posso confirmar ou não, é uma notícia que foi dada, mas eu não tenho uma comprovação, e não poderia lhe responder afirmativamente.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço a sua atenção e as respostas, e aproveito o ensejo, para me congratular com Vossa Senhoria, pela atuação pronta e eficaz, em relação a esta probabilidade, de um surto de peste suína africana, aqui em nosso Estado.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Com a palavra, o Sr. Deputado Deni Schwartz, para que formule as perguntas ao representante do Ministério.

O SR. DENI SCHWARTZ — Dr. Roulien, quero fazer minhas, as palavras do Deputado Accioly, porque, realmente, o governo acionou rapidamente, dispositivos legais, para conter a expansão da peste suína. Mas, Dr. Roulien, é oportuno, que façamos algumas considerações a respeito do problema, porque ele trouxe, a toda população brasileira, um estado de expectativa, demonstrando, claramente, quão frágeis são as nossas defesas em relação a doenças externas, inclusive, a doenças humanas. O próprio jornal, citado pelo Deputado Accioly Neto, eu gostaria a sua consideração a respeito deste assunto, "A Folha de São Paulo", afirma, se não me engano, na última sexta-feira, que em 1.976, portanto há cerca de dois anos atrás, a Associação de Criadores de Suínos de São Paulo pediu providências enérgicas, das autoridades competentes, para que não permitissem a entrada da Peste Suína Africana no Brasil. E teria, na oportunidade, reclamado medidas junto aos aeroportos, em especial, para evitar que o lixo, que os restos de comida que vem dos aviões que provêm da África, fossem incinerados.

Isto, inclusive, está repetido numa declaração do Presidente dos Suinocultores do Paraná. Dr. Inivaldo Martini. Eu gostaria de saber se isto é verdadeiro, porque tem havido esta denúncia, este pedido, e quais as razões que hoje, dois anos após, nós tenhamos de atribuir a entrada da doença no País exatamente através daquilo que estava previsto.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Quanto à denúncia, na época também nós tivemos ciência da mesma. Medidas talvez tivessem que, realmente, ter sido adotadas na época. Concordo plenamente com o Senhor, que outras medidas talvez até, não é minha área, mas de Saúde Pública, pudessem ser tomadas. Para os que tivessem seus porcos em fundos de quintais, não sei ... em área urbana, alguma coisa teria que ser feita, realmente.

Concordo plenamente. Se medidas outras não foram tomadas, também concordamos. Infelizmente, esta é uma

doença exótica, que penetra tão facilmente, mesmo talvez, que se tivessem tomado todas as medidas possíveis. Mas é um vírus que o Sr. traria no seu sapato, no avião, ou coisa parecida.

Concordo, acho que sua afirmação é muito boa, válida inclusive, que nosso País ainda carece, realmente; nós temos que nos aparelhar melhor, nos equiparmos melhor. Porque, às vezes, nós nos deparamos com problemas tão sérios. E o problema está aí. E como o Sr. disse no início, os órgãos que se preocupam com isto, as armas que temos em mãos, estão agindo, haja visto que até agora temos que nos dar por felizes, e eu estou realmente satisfeito.

Lógico, gostaria de falar em termos de Brasil, mas como eu digo, estou representando o Ministro na área do Paraná, e me sinto muito satisfeito hoje de ainda estarmos contendo esta doença que não entrou; e espero que possamos manter todo o nosso efetivo nesta área, nestas barreiras, para que ela não penetre no Estado.

Agora, confesso, e concordo com a sua afirmativa inclusive, e acho que estamos, devagar, nos preparando para isto. Devagar, no sentido que brevemente nós teremos todas as condições para, pelo menos, amenizar o problema.

O SR. DENI SCHWARTZ — Dr. Roulien, este debate é bom, porque se trava entre o técnico e o político, coisa rara neste País. Porque, se o Sr. como técnico hoje pode se sentir feliz, e eu concordo com o Sr., por não ter entrado a moléstia no Paraná, ou em outros Estados, nós como políticos, se fôssemos procurar o técnico economista, por exemplo, ele estaria no desespero.

Anteontem nesta Casa, ainda, o ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira assegurava que dezesseis por cento do ICM de nosso Estado provém da suinocultura. Hoje, até quase desafio os Srs. Deputados presentes, quem admite, — apesar de nós sabermos, lermos, que não há problema para a vida humana o consumo de carne proventura contendo anticorpos que transmitissem a Peste Suína Africana. Mas há, psicologicamente, uma retração do mercado. Eu que sou da área que talvez represente hoje a maior produção de suínos de todo o País, o Sudoeste do Estado, sei do desespero que estão os suinocultores daquela região.

Mas, dentro desta linha de pensamento, Dr. Basaglia, talvez tenham os Srs. Técnicos, de fazer com que nós, políticos, dotemos esta Nação de uma legislação que realmente nos defenda.

E veja, Dr. Basaglia, que alarmados com a Peste Suína Africana, ficamos conhecendo outro problema gravíssimo e que paira sobre o nosso rebanho suinícola, que é a doença vesicular do suíno, que estaria sendo importada da Inglaterra.

Mas, mais grave é que os Srs. Técnicos, em boa hora, através do Ministério e através das suas associações de classe, conseguiram com que o Brasil fosse, digamos assim, cercado por medidas protetoras. Uma série de medidas que muito bem o Governo vem adotando junto com suas associações de classe.

E que teria agora — e esta é a denúncia que fizeram os presidentes das associações de classe, teriam essas medidas sido furadas, teriam sido contornadas pela AGROCERES, uma multinacional que todos nós conhecemos, importando suínos da Inglaterra, país de onde a importação é vedada para o Brasil, por ter uma outra doença exótica, que é a "Doença Vesicular de Suínos", que a AGROCERES teria apanhado as matrizes na Inglaterra, levado para a França e importado e já estariam no Brasil quinhentos leitões vindos da França mas que, na verdade, foram gerados na Inglaterra.

Como é que o Ministério está vendo este problema?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Bem, se me permite, no início quando Vossa Excelência diz que está apreensivo quanto ao problema e que eu me sentiria feliz neste momento; na



realidade me sinto feliz porque ela não entrou no Paraná; mas a tristeza eu acho que é de todos nós, inclusive que está havendo reflexos outros dentro do Estado.

A comercialização problemática; a população realmente não sabendo ainda se consumindo esta carne, se faz mal para o ser humano, para a saúde humana ou não, nós afirmamos e confirmamos tudo aquilo que dissemos:— que não fal mal. Porém ninguém se proporia a comer uma carne, sabendo que ela é portadora de "peste suína africana".

Então, a tristeza realmente também nós temos. Inclusive eu já digo — esses dias que nós estamos passando, a Vossa Excelência não fez nem idéia ou talvez até faça, mas a nossa preocupação; nós praticamente — talvez não interesse muito, mas o problema de dormir é bem pouco, porque o telefone não para de tocar; é reuniões o dia inteiro para saírem as melhores normas possíveis, para que o Ministério ou a Secretaria, os órgãos que estão atuando não se precipitem nas suas atitudes, nas suas providências de, quando se abate, quando se dá o alarme da mortandade de dez, vinte ou seis suínos que nós lá vamos sacrificar todos, ou tomar uma medida de precipitada.

Sr. Deputado Deni Schwartz, já é um amigo que conhecemos há muito tempo, sei que Vossa Excelência pertence a uma região eminentemente suínica, por exemplo, mas o que nós estamos trabalhando, é a maneira a mais, eu sei disso e digo aos Srs., é a mais coerente possível. Nós estamos evitando todos os esforços. Nós estamos não sendo precipitados nas nossas providências, nas nossas atitudes, naquilo que estamos executando. Porque seria muito pior se nós tomássemos uma atitude precipitada aqui em cima e dessemos uma determinação:— matem todos os animais. Aí seria muito pior.

Realmente então eu só me sinto feliz, satisfeito, porque nós estamos ainda com isso. Entristecidos porque, existe, ingressou no País, e os criadores, os maiores criadores, ou pequenos também, estão mais apreensivos, e a população talvez mais ainda.

Então o problema, a sua segunda pergunta, sobre a autorização do Ministério da Agricultura, desta partida de suínos, feita pela AGROCERES também somos sabedores, o Ministério, se ingressou é porque permitiu, a nível de órgão central.

Não saberia também dizer as medidas que foram tomadas, as conversas ou acertos, que foram feitos, nem, inclusive, por quem.

Sabemos que ela ingressou e que muitos já se manifestaram contrários a essa importação.

Escuso-me, mais uma vez, porque não teria dados concretos para lhe responder a causa de ter ingressado essa partida de animais.

Talvez o Dr. Jorge, que é médico-veterinário, especialista no assunto, tenha alguma notícia. Nesse caso, peço que ele me socorra para eu não dizer alguma inverdade, ou alguma coisa da qual não não tenha conhecimento.

Gostaria que o Dr. Jorge nos dissesse algo a respeito. O SR. JORGE — Sr. Deputado, a respeito dessa importação da França, tivemos oportunidade de, junto com a defesa a nível nacional, verificar o que tinha sido feito de exigência à França para ela nos exportar.

Honestamente, vamos dizer, depois de estudos aprofundados, a nível central, onde, inclusive inclui uma quarentena especial, com acompanhamento da mesma por um veterinário oficial, no caso do Ministério da Agricultura, seria autorizada essa importação para o Brasil. Sendo, inclusive, que, por exemplo, se houvesse o caso da pane num avião vindo para o Brasil, e tivesse que descer em qualquer país onde existisse uma doença exótica, não seria permitida a entrada dos animais no Brasil.

Quer dizer, pelo menos a impressão técnica, é que não há maiores problemas nessa importação.

Nesse caso de suínos vindos da Inglaterra para a França, honestamente, não tenho o que responder, não tenho condições,

desconheço.

O SR. DENI SCHWARTZ — As informações que tenho provêm da Associação Brasileira de Criadores de Suínos e de suas associadas no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, que, inclusive, em telegrama ao Sr. Ministro, denunciaram esse fato.

E para nós parece grave, já que o Dr. Roulien parece ter admitido ter tido conhecimento, em 1.976, de um documento análogo em relação a peste suína africana.

E eu quero, para encerrar, me parabenizar com os Srs. Técnicos, porque tive oportunidade de ler, e ver com que cuidado se está importando animais da Europa, em especial, para o Brasil.

Mas, é de se estranhar, como estranho, essa importação feita — segundo as Associações — fora dos padrões que os próprios técnicos indicaram.

E ficou até no ar, que o próprio Ministério da Agricultura não teria autorizado essa importação. E que haveriam problemas de outra natureza, uma possível divergência entre o Ministério da Agricultura e CACEX, que pertence ao Ministério da Fazenda; que teriam havido interferências indevidas, no campo político, de uma multinacional, no caso a Agrocere. Agradeço.

O SR. JORGE — Deputado, em relação à resposta sobre a vinda de animais procedentes da França, temos a comentar o seguinte: normalmente, não digo que os pais desses animais, depois de um "x" tempo, dentro da França, tivessem vindo de outro País. Isso não podemos dizer nem que sim, nem que não. Agora, esses animais, de toda a forma, teriam que vir de uma ninhada onde estivesse completamente isenta desse problema visicular dos suínos. Não haveria condições de vir. Agora, quanto à essa relação CACEX-Ministério, normalmente a CACEX tem um cuidado tremendo do ponto de vista sanitário. Ela não autoriza importação nenhuma, sem que o Ministério faça um estudo aprofundado da questão. Para nós, inclusive, a Cacex é um auxiliar muito grande, para segurar, inclusive, certas importações que não são muito favoráveis para nós.

O SR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Com a palavra o Sr. Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, pela ordem de inscrição, para formular as perguntas devidas.

O SR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Eu formulo a seguinte pergunta.

Na África, berço desta peste que hoje está assolando o Brasil. Vossa Senhoria tem conhecimento de que existe algum meio de combatê-la ou preveni-la?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Passo ao médico veterinário, Dr. Jorge.

O SR. DR. JORGE — Bem, o grande problema em relação à peste suína africana, vem a ser o problema do combate, vamos dizer, da erradicação. A única erradicação que existe, na realidade, é a eliminação de todos os animais, porque não existe uma vacina. A vacina foi tentada, mas não deu uma condição de imunidade. Então na realidade, o único tratamento que existe no caso, seria, vamos dizer, seria cercar uma área de foco e o extermínio de animais.

O SR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Eu pergunto ainda a Vossa Senhoria. No Brasil existe algum laboratório se preparando na confecção dessas vacinas?

O SR. JORGE — Na realidade eu vou lhe dizer. Hoje não existe depois de todos os estudos feitos até hoje, existe laboratórios internacionais, que estão fazendo pesquisas e tentando ver se conseguem encontrar uma vacina, mas na realidade, não existe vacina.

O SR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Tendo em vista que nem na África de onde veio a peste, tendo em vista que nem no Brasil ainda os laboratórios conseguiram meios, pelo menos, para prevenir essa peste, que hoje mata suínos e

que amanhã poderá matar seres humanos e tendo em vista de nosso conhecimento pessoal, de que às beiras das estradas deste Estado, notadamente na Rodovia do Café pela qual eu passo diariamente, semanalmente, os lavradores sofridos por todas as sortes de intempéries e agora apavorados com o problema dos porcos, estão a matar os seus animais e a vendê-los a qualquer preço e a qualquer custo, eu pergunto: existe, tem existido, pelo Ministério, fiscalização no abate e na venda desses porcos à beira das estradas e no interior dos sítios, nos açougues, nos frigoríficos?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Bom, com relação a primeira parte da pergunta, o Sr. está dizendo que a preocupação sua, lógica, de que a peste suína amanhã ou depois pode afetar o homem, essa eu respondo que não. Peste suína é só de suíno. Tanto que ela não se transmite a qualquer outro animal. É suína só, como a peste bovina é bovina.

Então esse mal, esse medo, para o ser humano não existe.

O SR. JAYME R. DE CARVALHO — Com certeza.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Com toda certeza. Bom, o problema das margens das estradas por onde o Sr. passa, para ir para o Norte, eu também transito por aí normalmente. Criadores pequenos que têm seus 5, 10, 15, fundo de quintal, como nós chamamos, não é, nós temos. O Ministro da Agricultura tem fiscais. A parte de orientação propriamente dita, é feita pelo órgão do Estado que se chama Acarpa.

Eles dão uma orientação. Têm uma equipe. Lógico que nós não teríamos — não falo em nome da Secretaria de Estado, mas eu tenho a certeza, eu faço parte desse órgão, sou vice-presidente, nós não teríamos um médico veterinário para cada local, para cada criador desses aí. Era nosso intento se tivéssemos muito mais. Mas eu digo que esse órgão está cada vez melhor se aparelhando para isso, para uma melhor assistência técnica; hoje, praticamente, o sistema, eu disse que não queria entrar nesse assunto, mas eu me empolgo inclusive, eu quero transmitir que esse sistema de extensão de assistência técnica está, realmente, um modelo para o País. É um dos que melhor funcionam dentro do País; serve como modelo porque outros estão treinando, aqui; escritórios regionais da ACARPA aumentaram em mais de 100%, praticamente, está cobrindo todo o Estado. Lógico que nós não temos condições de todo à beira de estrada fazer aquela limpeza como se deveria fazer. Seria o ideal. Mas, o pequeno, o pequeno mesmo criador, esse, dificilmente, eu não sei se nós teríamos condições hoje e, seria de bom alvitre, inclusive, acabar com os pequenos criadores, que é a sua subsistência, às vezes; o coitado, às vezes, ele tem lá aquele porquinho que ele faz a sua banha, seu torresmo, inclusive, agora será que seria o momento propício para se acabar com tudo isso? É uma pergunta que fica...

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — E eu respondo a V. Ex.<sup>a</sup>. Eu sou pelo pequeno criador, porque existem muitos pequenos criadores que conservam o seu barraco com muito mais condições de higiene do que muitos ricos frigoríficos do nosso País. O que me alerta, não é a falta de fiscalização constante, porque eu sei que é impossível, que cada pequeno criador mate o seu porco e leve para um exame. O que me alertou e, agora, V. Ex.<sup>a</sup> me deixa tranquilo, é que agora à beira das estradas virão frigoríficos. E a minha preocupação era a transmissão da doença; já que não existe o perigo da transmissão da doença, eu estou satisfeito. Eu sei que é difícil que o Estado e a União dê cobertura de fiscalização ao pequeno criador, como sei que seria uma injustiça que o pequeno criador fosse sacrificado.

Eu faço a última pergunta a V. Ex.<sup>a</sup>, e nem espero a resposta, mas, para um alívio e um dever de consciência, eu tenho que fazê-la. Falou-se, aqui, em importação de moscas. No Brasil se importa até cebolas, numa terra tão pobre, como esta. Importou-se, também, moscas e, verdes, que não é o verde da nossa bandeira, porque trouxe a peste suína.

Falou-se, aqui, em depósito de lixo da África para o Brasil, que não foram queimados; falou-se, aqui, em importação de suínos da Inglaterra, pestiados e V. Ex.<sup>a</sup> não precisa responder mas, eu deixo a minha pergunta: — Essa peste não seria uma peste suína multinacional?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Eu já, inclusive, me manifestei a respeito.

Eu não posso afirmar, honestamente, eu estaria, não só me comprometendo, inclusive, porque eu estaria dizendo aquilo que não seria a realidade, porque o nosso sistema de trabalho, inclusive, não é dizer o que não sabemos.

E, se é multinacional, ou se seria, eu não poderia responder e ficaria no campo das hipóteses.

O problema da mosca verde, das importações, importação que o senhor traçou um paralelo entre a mosca verde e a cebola só tem uma diferença. É que a mosca verde não foi importada oficialmente e a cebola, sim. Porque nós importamos a cebola oficialmente, porque é um alimento que estava em falta e desde que tenha falta eu acho que o País deve socorrer uma população, Sr. Deputado.

Só respondendo assim aquilo que realmente nós temos condições de responder. Porque há problemas. O Senhor veja o Estado do Paraná hoje, um solo altamente riquíssimo, um clima espetacular, a agricultura que deveria estar assim, não deveria ter problema nenhum, e o senhor veja que eu já digo, no campo do azar nosso mesmo, que independe de uma técnica avançada, uma tecnologia apurada, mas que são problemas climáticos, são problemas de chuvas, secas e além de tudo isso aí agora vem esse problema de peste suína. As técnicas que nós estamos empregando é aquilo que nós realmente temos, Deputado.

O SR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Isso sem contar com o Peru, não é? Mas eu estou satisfeito.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Esse é um problema à parte, também. Eu não sei se estaria, se teria respondido, se me faltou alguma coisa a responder, o problema da importação desses suínos através da Agroceres? Realmente nós não entramos e eu vou deixar realmente de responder algumas perguntas porque me faltam dados e talvez até uma autorização.

Limite-me, eu aprendi isso a me limitar no meu campo, no meu raio de ação para poder responder a essas perguntas. E isso estrapola a delegação que a mim foi conferida.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, representante de Maringá, para que fique à vontade e formule as perguntas que achar necessário.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Dr. Roulien Basaglia, muito digno e eficiente Diretor do Ministério da Agricultura no Paraná, eu teria apenas uma pergunta: Dr. Roulien, o que existe de concreto em medidas de apoio financeiro ao suinocultor que não pode comercializar seus produtos em função das medidas de isolamento de focos já constatados e que impedem a saída para os maiores centros consumidores?

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Ilustre Deputado e amigo Luiz Gabriel Sampaio, as medidas realmente elas estão numa portaria inclusive, que já está inserida, de 1934, onde diz que todo o animal abatido teria a sua indenização, porém nós temos que: primeiramente, para se saber quantos animais foram abatidos...

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — Dr. Roulien, me permite?

Eu acho que não fui muito claro. Eu digo o seguinte: que tendo em vista a constatação de focos em outros Estados e as medidas de proteção sanitária com relação às barreiras levantadas para não transposição de animais, o criador que hoje tem os seus porcos no momento para comercializá-los e que natural-

mente não poderão fazê-lo, tendo em vista as medidas tomadas, já, para evitar o grassamento da doença no caso, não são focos constatados. Se o Governo teria já estudado uma medida de apoio financeiro. O Senhor sabe que o ciclo do suinocultor é bem mais curto.

Então, aquele que está com a sua porcada já gorda, pronta para comercializar, se ele teria um apoio financeiro do Governo uma vez que ele não poderá mandar para os maiores centros consumidores, tendo em vista essas medidas.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Eu entendi bem, Deputado. Eu só iria fazer uma introduçãozinha, o problema de foco, aquele que teria condições de fazer um requerimento depois para indenização. Mas eu ia chegar lá. Infelizmente nós não temos ainda o montante. Nós precisamos fazer um estudo para se saber realmente o que é, qual o prejuízo que determinado criador teria com essa possível falta de comercialização.

Nós temos uma norma hoje que entrou inclusive ontem, à meia noite, a proibição.

Depois só me disse e eu estou respondendo exatamente aquilo que o senhor perguntou.

Nós temos uma norma que entrou em vigor ontem, à meia noite, de paralisar totalmente a comercialização de suínos, por todas as barreiras, como São Paulo.

Porém, isso daí, vai criar um certo problema, uma expectativa, porque como o senhor disse, os suínos já estão a ponto de engorda, de comercialização, daqui para frente, eles só iriam comer, só mais gastos, e praticamente, iriam engordar mais.

Talvez seja revista essa norma, porque desde que ele saia de uma área, os suínos, vamos dizer, de Toledo, e que vá para São Paulo, não seria uma área de foco, e ele passaria pela BR-116 que também não é área de foco. Quer dizer, então teria aquelas condições para penetrar no Estado de São Paulo. E aí comercializar no Estado de São Paulo. Mas, a política do Estado de São Paulo, também nós temos que acatar, que eles não estão permitindo, que entre no Estado de São Paulo. Mas isso eu digo já, que ela está sendo revista hoje, pelo Sr. Ministro da Agricultura, ele está reunido em São Paulo, com líderes, com produtores, criadores enfim, para decidir essa posição. Agora, o Senhor pode me perguntar: mas já está havendo o problema. — Já está havendo uma defasagem muito grande na comercialização, está havendo. E isso nós estamos, Sr. Deputado fazendo um levantamento; nós estamos à medida do possível, porque o Senhor há de entender que é muito difícil, nós não temos aquele contingente todinho de médico veterinário, pessoal altamente elevado, ou um número elevado, para atender toda aquela região, onde existe o problema, e fazer esse levantamento na zona do Sudoeste ou no Oeste, onde concentra o maior rebanho suinícola. Então, nós devagar, deveremos chegar lá, para fazer esse levantamento, de uma possível, não me comprometo, não falo, porque não tenho orientação neste sentido, mas, de uma possível talvez, indenização enfim, ou um acerto talvez, que possa amenizar ou possa retribuir a esse suinocultor, de uma maneira assim que satisfaça a ele. Eu não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Respondeu, e estou satisfeito.

Dr. Roulien Basaglia, o Senhor pode terminar, aceite V. Ex.<sup>a</sup> os nossos cumprimentos, pela maneira eficaz com que vem conduzindo o seu setor, como representante do Ministério da Agricultura, no Paraná, e dizer que V. Ex.<sup>a</sup> poderá contar, pelo menos, com o nosso modesto apoio pessoal, para o seu trabalho tão eficaz, que vem fazendo frente a esse órgão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente.

O Dr. Roulien Basaglia, ex-Secretário de Agricultura e também Delegado do Ministério, aqui no Paraná, se dispôs

gentilmente a comparecer a esta Assembléia, para uma troca de impressões com os Srs. Deputados, a cerca desse tão debatido e preocupante problema da peste suína.

Acredito que já tenha esgotado inteiramente o assunto, e em nome das duas bancadas, e por honrosa delegação do MDB, eu quero manifestar ao ex-Secretário, os nossos agradecimentos pela sua cortês presença, pela maneira democrática e demonstrando ser um zeloso defensor dos interesses paranaenses, e seu acompanhante, cujo nome lamentavelmente, não me ocorre, e deixar assim, V. Ex.<sup>a</sup> à vontade para apresentar suas despedidas e reenfatizando, as nossas homenagens, os nossos agradecimentos pela sua presença.

Muito obrigado.

O SR. ROULIEN BASAGLIA — Eu agradeço as palavras, Dr.

Luiz Roberto Soares, e quero conclamar, a que todos nos ajudem, nos ajudem nesta tarefa que realmente, nós achamos das mais difíceis, eu quero dizer quase as mesmas palavras que o Sr. Ministro, que ele está realmente, solicitando ajuda de todos, ajuda, do Poder Legislativo, Poder Executivo, enfim, todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, possam colaborar. E nada mais, melhor, do que os Senhores, Representantes do povo paranaense, têm todas as condições para nos dar este apoio que precisamos muito, porque numa hora como esta, não faltam aqueles que deturpam uma atuação e que procuram, de uma maneira ou de outra também, conturbar uma posição.

Mas nós temos realmente contado com o apoio, principalmente dos Srs. Deputados, porque tenho me dirigido às Prefeituras de nosso Estado, e elas têm realmente nos dado conhecimento da atuação que os Srs. têm tido em prol deste problema tão grave, deste problema tão ventilado que, queira Deus, nós possamos tão breve, de imediato, debelá-lo.

Eu quero somente me colocar à disposição dos Srs.. Qualquer outra oportunidade que os Srs. desejarem, aqui estarei com o máximo prazer para poder, se possível, com maiores detalhes, responder às perguntas que aqui forem formuladas.

Peço minhas desculpas se deixei de responder uma ou duas perguntas porque, na realidade, não seria eu que deveria respondê-las. E não estaria com todas as condições para responder. Portanto, minhas desculpas por não ter respondido a todas. Mas tenho a impressão que nós, de uma maneira rápida, pudemos dar uma idéia do trabalho que está sendo executado pelos órgãos que se preocupam com a agropecuária paranaense.

Agradeço o convite do Sr. Presidente, por ter nos solicitado a presença que, para nós, é sempre um motivo de satisfação estarmos aqui e podermos dialogar com os Srs. Deputados.

Mais uma vez, os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência também quer externar, em nome da Casa, os nossos profundos agradecimentos pela colaboração eficiente que nos traz o Dr. Roulien e o Dr. Jorge a esta Casa de Leis. E entendemos que os Srs. Deputados que, diariamente, vêm usando da tribuna para defender, para orientar os nossos criadores de suínos de hoje em diante; além de estarem mais bem orientados, mais bem situados do problema, também tiverem conhecimento pessoal com os representantes do Ministério da Agricultura. E o Dr. Jorge, me consta que é o Presidente da Comissão elaborada pela Secretaria da Agricultura, e que já tenho, também, através dele, colhido boas informações.

E os Srs. Deputados terão também este conhecimento do Dr. Jorge, — não sei se também o Dr. Roulien, mas o Dr. Jorge é o Presidente da Comissão e está à nossa disposição, à disposição dos Srs. Deputados, para novas informações através de seu telefone, que me permitiria, Dr. Jorge? (Assentimento e número)... 34-40:1.

Esta Comissão está, quase que permanentemente, atendendo os Srs. Criadores. E os Srs. Deputados, através deste telefone, também poderão colher informações.

E nós fazemos também um pedido ao Dr. Jorge e, espe-

cialmente, como Presidente da Comissão que assim que tenha fatos novos, especialmente com a abertura das barreiras de São Paulo, que dê conhecimento através deste Presidente ou da Primeira Vice-Presidência ou através do Sr. Secretário ou mesmo de qualquer um dos Srs. Deputados, para que nós sejamos o veículo de informações aos nossos Prefeitos, aos nossos Líderes, aos nossos Vereadores, para conhecimento dos nossos companheiros que estão sentindo este problema, que estão aflitos e quase sem solução.

Aqui fica, ao Dr. Jorge e ao Dr. Roulien, os nossos agradecimentos, e dizendo a eles que esta Casa se sente honrada pelas suas presenças, pelos esclarecimentos. E nós nos colocamos à sua disposição para que quando, assim entenderem, poderão voltar a esta Casa, independente de convite formulado através de Deputados.

VV. Ex.<sup>as</sup> estejam à vontade e pela Assembléia Legislativa o nosso muito obrigado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Esta Presidência comunica que encerrou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei n.º 181/77. — **Será encaminhado à Comissão Especial.**

Solicito aos Srs. Líderes da ARENA e do MDB a indicação dos membros para comporem a respectiva comissão.

Sobre a mesa, Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, necessita de apoio. — **Apoiada. — Será anexada ao projeto.**

Emenda n.º 2, ao Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Ezequias Losso, devidamente apoiada, constante do expediente. — **Será anexada ao projeto.**

Emenda n.º 3 ao Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiada. — Será anexada ao projeto.**

Emenda n.º 4, ao Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado. — Será anexada ao projeto.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72/77, de autoria do Deputado Wilson Fprtes, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola, primeiro e segundo ciclos, para funcionar a partir do ano letivo de 1978. Pareceres contrários da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/77, de autoria do Deputado Enéas Faria, que cria o Museu de História do Paraná, com sede em Curitiba, autorizando o Poder Executivo proceder sua instalação e dá outras providências. Pareceres contrários da C.C.J., por maioria, da C.F., por unanimidade e favorável da C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/77, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que proíbe a publicidade do uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas Rodovias Estaduais e no interior de veículos de transportes coletivos no Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/78, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que denomina "Rodovia Antônio Baby", a estrada PRT-280, que liga a localidade de Santa Rita, no Município de General Carneiro, à sede do Municí-

pio de Pato Branco. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente, a discussão do Projeto de Lei n.º 39/78, de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, conforme o estabelecido e convencionado na sessão de ontem, está a merecer um esclarecimento.

Conforme havia me comprometido, trago aqui a prova de que essa rodovia é efetivamente uma rodovia federal, e portanto, não suscetível de receber denominação através de lei estadual.

De acordo com ofício que me envia o Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, a rodovia denominada PRT-280, em território paranaense, entre General Carneiro, Palmas e Pato Branco, é parte integrante do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973, com a designação de BR-280. O Governo do Estado do Paraná resolveu assumir o encargo da sua construção por razões de conveniência e de estratégia desenvolvimentista, porque considerou que seria negativo, aos interesses econômicos, culturais e sociais do Estado do Paraná, a sua proscritação.

Razão pela qual entendeu que devesse construí-la de imediato, na expectativa de, futuramente, ser ressarcido pelo Departamento Nacional de Estrada de Rodagem.

Fica, portanto, no meu entendimento, configurada a louvável iniciativa do nobre Deputado Deni Schwartz, mas fica configurada a incompetência desta Assembléia em pretender, através de lei estadual, conferir denominação a uma rodovia inequivocamente federal, razão pela qual, eu, conforme entendimento que havia mantido com a bancada do MDB, fico na expectativa de que se transforme esse projeto, em apelo ao Ministério dos Transportes, que teria, evidentemente, o assentimento e aprovação da bancada que eu represento nesta Casa.

Eu, evidentemente, não sei se o nobre Deputado Deni Schwartz pretende encaminhar a votação, de qualquer maneira, requereria verificação de votação para esse Projeto de Lei n.º 39/78.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência aceita a questão de ordem do Deputado Luiz Roberto Soares, mesmo porque participou ontem dos debates e inclusive eu votei favorável ao projeto do Deputado Deni Schwartz e consulta ao eminente autor do projeto para que se manifeste do acordo de cavalheiros que ontem foi mantido entre V. Ex.<sup>a</sup> e o Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. DENI SCHWARTZ — O eminente Deputado Líder da Arena nesta Casa, Sr. Presidente, requereu a verificação de votação e eu fico em dúvida se o requerimento precede ao encaminhamento uma vez que há esse pedido. Se eu posso encaminhar direi que realmente há um acordo de cavalheiros, de que se realmente se se tratasse de estrada federal, nós do MDB retiráramos ou votaríamos contra o projeto. Mas, data vênha do Sr. Líder da Arena nesta Casa, eu continuo na dúvida, Sr. Presidente, porque tenho em mãos, o relatório das atividades do DER de 1974 e que já em 1974 dizia o seguinte: Produção do DER naquele ano, no item final de "Projeto de Engenharia" nós lemos o seguinte: "BR-153 - Palmas". E esse trecho está denominado como BR-280. Mas quem fez o projeto, num trecho de 70 km foi o Estado do Paraná, e quem pagou o projeto de 70 km, foi o Estado do Paraná.

Nós temos ainda nesse mesmo relatório, ainda com o nome de BR, a enumeração de diversas obras nessa estrada. A BR-280 — Marmeleiro-Barracão, três pontes nessa estrada: BR-280.

Projeto e pagamento das pontes, com dinheiro do Estado do Paraná. E, no afã de mostrar serviço, o DER chegou inclusive, até a assistência jurídica, ao Departamento de Assistência

Jurídica do DER, incluiu entre os seus serviços em 1974, o seguinte: "BR-280" — como tendo contratado com um dos serviços do Departamento de Assistência Jurídica, no ano de 1974, a celebração de um contrato da BR-280 entre BR-153 e Pato Branco, que é o trecho que nós estamos questionando.

Portanto, em 1974, Sr. Presidente, o Estado do Paraná, construiu obras de arte nesse trecho, o Estado do Paraná pagou o projeto e o próprio Departamento de Assistência Jurídica considerou como uma obra sua a simples elaboração dos contratos para elaboração dos projetos. Mas, vejamos o que diz o Sr. Governador em mensagem que mandou a esta Casa, este ano, em 1978. "Entre as obras executadas pelo Estado..." na mensagem governamental, página 121, o Sr. Governador, como obras executadas, do subprograma de rodovias com pavimentação em andamento que deverão ser concluídas de janeiro a junho e de 1978, obras executadas pelo Estado do Paraná, a menos que o Sr. Governador esteja enganando esta Casa, ao mandar para cá essa mensagem, ele diz o seguinte — acesso da PRT-280 à Palmas, está entre as obras executadas pelo Governo do Estado. A PRT-280, entre BR-153 e Palmas, com 61,5 km está entre as obras executadas pelo Governo do Estado do Paraná, mensagem do Sr. Governador e com a nomenclatura de PRT-280, está aqui na mensagem.

Vejá, Sr. Presidente, que na página 122, o Sr. Governador, na mensagem, anota um outro acesso entre a PRT-280 e a cidade de Pato Branco. Em outro trecho, ele anota trecho da PRT-280, Palmas a Pato Branco. Data vênia, Sr. Presidente, a estrada foi projetada em 1974; foram construídas obras de arte, pelo Estado e foi construída a estrada, está aqui o Sr. Governador a admitir, pelo Estado do Paraná.

Só não cabe ao Estado do Paraná dar o nome a essa estrada?

Só não cabe à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dar o nome a essa obra?

E, se não estou enganado, o próprio Líder da ARENA e na Ordem do Dia de hoje, me parece comprovado esse fato, admite ser essa estrada estadual. Tanto assim que em pauta, em primeira Sessão, nós temos o Projeto de Lei n.º 36/78, de autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, que denomina o Viaduto Teófilo Ferreira Loyola, o existente sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na rodovia PRT-280.

Data vênia, Sr. Presidente, se nós podemos denominar um viaduto da estrada PRT-280, se esta Assembléia tem direito, tem autoridade para denominar um viaduto, por que não pode denominar a estrada? Por isso, Sr. Presidente, eu não me convenço de que a estrada seja federal e que nós não tenhamos condições para nominá-la. Pode estar no Plano Federal, sim e, é o próprio DER que o admite; mas foi feito com dinheiro paranaense e até que se me prove o contrário, que o dinheiro paranaense foi ressarcido, ela é paranaense e, como tal deverá ser tratada pelos representantes da população paranaense. Por isso, nós iremos votar favoravelmente ao projeto que apresentamos. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbe-me fazer duas objeções aos argumentos tecidos pelo combativo Deputado Deni Lineu Schwartz. Se tivesse prestado atenção na questão de ordem e no encaminhamento que fiz ontem, teria percebido que eu, textualmente, disse o seguinte: — Sr. Presidente. Este Deputado (isto é, eu próprio) há alguns meses atrás apresentou projeto de lei dando denominação a um viaduto construído pela Secretaria de Transportes de acesso à cidade de Palmas. E, assim o fez, porque a pessoa que se pretendeu homenagear foi um dos prioneiros da região sulina do

Estado do Paraná e merecedora, por todos títulos, dessa honraria. Esse viaduto, ao qual pretendi conferir uma denominação, não faz parte da rodovia que liga Santa Rita até o Município de Pato Branco, porque foi feito às expensas do Departamento de Estradas de Rodagem e mais foi feito porque não constava do projeto original, o viaduto de acesso à cidade de Palmas, visando, unicamente, facilitar o acesso ao Município de Palmas e, mais especificamente, à sua sede.

Há uma distinção enorme a ser feita entre um viaduto que não fazia parte do projeto original, que foi feito, esse sim, criado pelo Departamento de Estradas de Rodagem-PR, e a Rodovia BR-280. Eu não pretendia me valer de um argumento que me parece mais decisivo. No elenco das competências que está estabelecido na nossa Constituição Federal, se não me engano no art. 8.º, consta que é privativo da União, a política de transportes e de rodovias, no Brasil. Ora, evidentemente, que tudo aquilo que não está contido no Plano Nacional Rodoviário, é de atribuição dos Estados-Membros.

O que estiver contido no Plano, evidentemente, é rodovia federal. O nobre Deputado Deni Schwartz gastou argumentos a toa, porque tudo o que ele disse é reconhecido, isto é, que foi o Governo do Estado do Paraná que a construiu não há dúvida, nem eu estou negando.

Mas o problema é iminentemente legal, técnico, jurídico e nós não temos competência para dar uma denominação a uma rodovia federal. Desta realidade patente, clara e absolutamente inequívoca nós não podemos fugir, por maior que seja a força dialética do pensamento e do argumento expendido pelo nobre Deputado. Não há como lei estadual dar denominação a rodovia federal. Evidentemente que o Governo do Estado do Paraná pretende auferir méritos de uma iniciativa sua, porque o Governo do Estado do Paraná tomou a iniciativa, evidentemente autorizado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de realizar a rodovia. Fez os projetos, fez a execução, os pagou e está na expectativa de um dia ser ressarcido, a exemplo do que ocorre com a Estrada de Ferro Central do Paraná e que até hoje, lamentavelmente, não conseguiu o seu ressarcimento por inteiro.

Mas, do ponto de vista puramente técnico, não há evidentemente competência a esta Assembléia Legislativa de tentar, através de lei estadual, denominar obra federal. Seria absolutamente inadequada, heterodoxo, ilógico que assim procedesse. Evidentemente me pareceria muito mais sensato, de que nós transformemos em apelo esta notável e louvável iniciativa do nobre Deputado, ao Ministério dos Transportes, proposta que me parece que não teria absolutamente da nossa bancada, nenhuma hesitação em aprovar.

De qualquer maneira, persiste e persistirá sempre esta questão que é inarredável pela vontade dos Srs. Deputados. Não podemos, absolutamente através de lei estadual, repito, dar denominação a uma rodovia federal. Está no Plano Nacional, é BR-280 e não há como fugir dessa realidade.

Era só, Sr. Presidente. — (*Revisado pelo orador*).

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Jurandir Messias*). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção de V. Ex.ª, que V. Ex.ª, para encaminhamento de votação, concedeu a palavra ao líder da Arena, do Governo nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares. Acontece que para encaminhar a votação que já havia sido realizada. Inclusive eu, na qualidade de Primeiro Secretário já havia assinado após receber de suas mãos, o anteprojeto.

Em segunda discussão, Sr. Presidente, este projeto já está aprovado. Não irei retirar a minha assinatura do aprovado que consta da capa do projeto e é matéria vencida para esta sessão.

A Arena e o Governo querendo derrubar, não quero entrar no mérito, terá oportunidade de fazer em terceira discussão, terá a oportunidade de encaminhar a votação de amanhã, na próxima sessão em que esse projeto vier à pauta do dia. Mas hoje é matéria vencida, Sr. Presidente. E V. Ex.<sup>a</sup> poderá ver que eu recebi o projeto de sua mão, assinei e não irei voltar atrás em minha assinatura, de maneira nenhuma, por se tratar de um princípio regimental desta Casa. E o espírito de V. Ex.<sup>a</sup> eu tenho conhecimento que é dos maiores e dos mais democráticos nesta Casa, nesta Assembléia, eu peço a V. Ex.<sup>a</sup> que passe para o projeto seguinte.

Isto é matéria vencida e estão esgotados todos os recursos para essa discussão de hoje.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu requeri e V. Ex.<sup>a</sup> deferiu, verificação de votação quando da votação do projeto, do referido projeto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Já havia passado e aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Esta Presidência vai esclarecer os fatos. As notas taquigráficas registraram quando esta Presidência colocou em votação o Projeto de Lei 39/78, encerrada a discussão, colocou em votação. E em seguida esta Presidência colocou em discussão o Projeto de Lei n.º 62/78, quando o Deputado Líder da Arena, nesta Casa, levantou questão de ordem.

Então, entende esta Presidência que a matéria é vencida. Conseqüentemente V. Ex.<sup>a</sup> terá oportunidade, na sessão de amanhã. E dá a matéria como vencida e continuamos com a Ordem do Dia.

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 62/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/78, que objetiva conceder pensão mensal de valor igual a 5 (cinco) salários-mínimos ao Doutor Arthur Martins Franco, ex-Professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Em discussão.**

O SR. DEL CIEL (**Para uma Questão de Ordem**). — Sr. Presidente, nós pretendíamos encaminhar a votação do Projeto de Lei n.º 62/78. Mas, justificaremos o nosso voto favorável ao projeto e V. Ex.<sup>a</sup> já deu por esgotada a matéria, matéria que recebeu aprovação unânime da Casa.

É matéria de mérito louvável que merece a aprovação e o aplauso deste Poder, Poder Legislativo. Quando vimos que, pretende o Sr. Chefe do Executivo Estadual, conceder uma pensão mensal de valor igual a cinco salários-mínimos, ao Dr. Artur Martins Franco, ex-Professor, e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná.

Homem, que deve ter atingido a idade, conforme informações de companheiros, de 102 anos de idade, de relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, e que realmente, merece a atenção, é a atenção que se lhe propõe. Ocorre, que é esta a oportunidade, Sr. Presidente e eminentes Deputados, ao justificar o nosso voto favorável, de lembrar ao Sr. Chefe do Executivo Estadual, que milhares e milhares de professores do Estado do Paraná, chegarão à mesma condição, visto os salários justos, que o Estado do Paraná, propõe ao Magistério paranaense, mensagens como estas, seria desnecessárias, se a história político-administrativa do Estado do Paraná, a classe do Magistério, tivesse recebido justiça, justiça esta, que até os dias de hoje, ainda não se fizeram ecoar no Estado do Paraná.

Assim sendo, Sr. Presidente, votamos favoravelmente, a este Projeto de Lei, mas esperando, que o Governo do Estado do Paraná, analise a sua filosofia, a sua política educacional, para se fazer justiça, aos professores de nosso Estado, que não poderão num futuro não muito distante, se apresentar como verdadeiros indigentes em busca das pensões que lhes eram devidas, dos

direitos que lhes pertenciam, e que lhes foram negados por justiça, pelo mau patrão, o Estado do Paraná.

Era somente para fazer esse registro. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) — Esta Presidência recebe a Questão de Ordem, do Deputado Del Ciel, com referência ao Projeto de Lei n.º 62/78, e as notas taquigráficas, por certo registraram as suas palavras.

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 75/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/78, que dispõe sobre créditos tributários pertinentes ao imposto de operações relativas à circulação de mercadorias, na forma específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Ao referido projeto foram apresentadas emendas constantes do expediente, em número de 4. — **Serão anexadas ao projeto, e encaminhado o respectivo projeto à Comissão de Finanças.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 50/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 19/78, ex-Proposição n.º 104/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Faxinal, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 57/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 110/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de Campina Grande do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 59/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 131/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 45/77, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, que denomina Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira, a atual Usina do Foz do Areia. Parecer favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 45/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — A Usina do Foz do Areia, passa a ser denominada Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 2 de maio de 1977.

(a) José Domingos Scarpelini

#### JUSTIFICATIVA:

A Usina Foz do Areia, em construção na bacia do Iguaçu pelo Governo do Estado, nos parece uma obra de grande vulto, destinada a marcar profundamente a administração pública



Estadual.

Com efeito, Sr. Presidente Srs. Deputados, a Usina Foz do Areia, irá quintuplicar a capacidade geradora atual da Cia. Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), uma vez que produzirá nada menos que 2.250.000 KWs.

A partir de 1980, o Governo prevê, — e o projeto confirma suas previsões — entrarão em operação os primeiros 1.125.000 KWs.

Fizemos essas considerações preliminares para dizer que a Usina Foz do Areia, quando concluída, irá minimizar sensivelmente o problema de energia elétrica em nosso Estado, cujo aumento de produção não acompanha o aumento de consumo industrial, atualmente.

Para uma obra de fundamental importância ao desenvolvimento industrial, com reflexos diretos na economia paranaense, entendemos que referida obra deveria levar o nome de alguém que por si só a eternizasse; de alguém que fosse, ao mesmo tempo, sinônimo de energia e de desenvolvimento.

Encontramos, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Encontramos o nome que, enquanto vivo, foi toda energia e todo desenvolvimento e que, — já eternizado pelos brasileiros — emprestando o seu nome à obra, eterniza-la-ia definitivamente.

Refiro-me ao nome de Juscelino Kubsticheck de Oliveira — O GRANDE PRESIDENTE.

Aquele que foi digno do primeiro ao último minuto de seu mandato.

Aquele que foi toda energia e desenvolvimento; que foi todo democrata, todo dinâmico, todo austero.

Juscelino que foi todo sorridente, e cheio de fé, nos atos e nos pensamentos.

Juscelino o Presidente que voava trabalhando, enquanto o povo trabalhava com fé no amanhã; o político que nunca desonrou a classe política; o Presidente que sempre respeitou a Constituição como se respeita a Bíblia.

Juscelino que em vida foi todo amor e bondade; que soube sempre respeitar, cumprir e sobretudo perdoar. A tudo e a todos.

Que foi Presidente para dignificar a Pátria e o seu povo.

Por tudo isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Usina Foz do Areia será denominada Usina Juscelino Kubsticheck de Oliveira.

Porque ela e ele se unificam na energia e no desenvolvimento.

E não sugiro a mudança do nome apenas para homenagear esse vulto emérito, mas sobretudo para HOMENAGEAR O POVO DO MEU ESTADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 45/78

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpelini, o presente projeto de lei tem por objetivo denominar de Usina "Juscelino Kubsticheck de Oliveira", a usina de Foz do Areia.

Tal iniciativa, de acordo com a justificativa apresentada pelo autor, tem por finalidade a homenagem póstuma do povo paranaense àquela personalidade que foi, quando ocupante do mais alto cargo frente à nação brasileira, um dos impulsionadores do progresso e do desenvolvimento que ora coloca o Brasil, frente às chamadas grandes nações mundiais.

Constitucionalmente, nada há que impeça a tramitação do projeto e da sua aprovação por esta Casa.

Porém, visando uma melhor técnica legislativa, apresentamos um Substitutivo Geral à matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral que anexo, apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1978.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Ezequias Losso — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 45/77

Art. 1.º — Fica denominada "Usina Juscelino Kubsticheck de Oliveira", a Usina de Foz do Areia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1977.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Ezequias Losso — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/78, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a "Escola Profissional e Social do Menor", da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 61/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Escola Profissional e Social do Menor de Londrina".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1978.

(a) Lázaro Dumont

#### JUSTIFICATIVA:

Declarada de utilidade pública municipal, pela Lei n.º 2.779/77, de 18 de agosto de 1977, justo será que também seja outorgado à Escola Profissional e Social do Menor de Londrina, o título de utilidade pública estadual. Desta maneira temos certeza de podermos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Paras, com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 61/78

De autoria do nobre Deputado Lázaro Dumont, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Escola Profissional e Social do Menor, com sede na cidade de Londrina.

Da análise do projeto, através de justificativa apresentada pelo seu autor, e da documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos previstos pela Lei 6.994 de 10/01/78, que regula o instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável; opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Fabiano Braga Côrtes — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/75, ex-Proposição n.º 160/75, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando cumprir dispositivos do Colégio Nacional de Trânsito, na área do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de apelo aos membros da bancada do Paraná no Congresso Nacional, no sentido de que acolham as emendas que tenham por objetivo evitar o desestí-

mulo à magistratura brasileira, solicitando ainda o envio de apelo aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, a fim de que o projeto de Lei Orgânica da Magistratura Nacional seja retirado do processo Legislativo para retorno após reelaboração com audiências das partes interessadas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando voto de repúdio à Seleção de Futebol do Peru, pela maneira anti-esportiva que portou durante a partida disputada com a Argentina. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem — (**Assentimento**). — V. Ex.<sup>a</sup> poderia ler o teor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — A Presidência atende.

(**É lido o requerimento**).

Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de

protesto contra a C.B.D., quando os jogadores brasileiros ostentavam em suas camisas da seleção, a propaganda da "ADIDAS" conhecida multinacional. — **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pela ordem. —

(**Assentimento**). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação, porque me parece não haver "quorum" para votação e número legal para registrar este meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Esta Presidência atende V. Ex.<sup>a</sup>.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — (**Pausa**).

3 Srs. Deputados votaram pela aprovação; 6 Srs. Deputados votaram pela rejeição. Conseqüentemente, não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 23, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.